

## **123ª SESSÃO ORDINÁRIA 10DEZ2012**

**(Texto com revisão final.)**

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Passamos à

### **TRIBUNA POPULAR**

O Sr. Roberto Rodrigues, representando a Associação dos Agentes de Fiscalização do Município de Porto Alegre, está com a palavra pelo tempo regimental de 10 minutos, para tratar do assunto relativo às atribuições do cargo de agente de fiscalização. Convidamos a fazer parte da Mesa o Sr. Juarez José da Silva, Presidente; também o Sr. Ortiz Campos, Sr. André Romã Marinho e Sr. Gilmar Gaspar Silva.

**O SR. ROBERTO RODRIGUES:** Exmo. Sr. Ver. Mauro Zacher, Digníssimo Presidente desta Casa do Povo de Porto Alegre, ao cumprimentá-lo, saudamos as autoridades que compõem a Mesa Diretora e também todos os Excelentíssimos Vereadores, responsáveis pelas grandes decisões que, em sintonia com o Poder Executivo e com toda a sociedade, construíram nossa leal e valorosa cidade de Porto Alegre como referência nacional em qualidade de vida e um dos modelos máximos de democracia e liberdade, em nível mundial.

Direciono também especial saudação aos meus colegas Fiscais da Prefeitura, que hoje ocupam as galerias desta Câmara, trazendo uma mensagem dupla das ruas de Porto Alegre, uma mensagem da busca pela paz e também uma mensagem de muita luta por parte desta categoria.

Naturalmente partilho com estes colegas diariamente a difícil tarefa de manter nossa Cidade organizada e livre dos mais variados tipos de irregularidades, desde aquelas praticadas por conhecimento reduzido da legislação como outros graves acontecimentos, graves atentados aos direitos dos cidadãos, praticados com dolo direto, na intenção de lucro fácil ou outras vantagens ilícitas que não são combatidas sem riscos para esses agentes de fiscalização.

---

Cumprir a Lei, muitas vezes, Sr. Presidente, contraria interesses poderosos, implicando em risco de retaliações. No entanto, o desconforto com uma eventual retaliação é infinitamente menor que o desconforto que estes homens e mulheres sentiriam ao se depararem com irregularidades sem combatê-las.

Verificando a composição do plenário desta Casa, facilmente se verifica o grande conhecimento e a grande experiência que emanam de cada um dos depositários da vontade popular aqui representada, o que vai facilitar muito a nossa explanação.

Mesmo os Vereadores com menos tempo de Casa possuem notório conhecimento da dificuldade que é levar adiante um Projeto de cidade democrática na época em que a prosperidade financeira e o apelo ao consumo adormeceram alguns valores coletivos de vizinhança e de respeito ao próximo, enaltecendo a individualidade e o isolamento, abusando dos seus direitos, infringindo as leis, ameaçando e violando o direito de toda uma sociedade.

Danos e crimes ao Meio Ambiente e à limpeza urbana, ameaças e danos à saúde pública, aos direitos dos animais, aos direitos dos empreendedores; produtos contrabandeados, falsificados, roubados e perigosos, prejuízos e crimes contra o consumidor, e uma infinidade de obras irregulares com gigantesco prejuízo urbanístico de vizinhança são situações cada vez mais frequentes no dia a dia da Cidade.

É neste cenário de desequilíbrio nas relações que abordaremos a relação da Capital dos gaúchos com seus agentes de fiscalização.

A legislação original que regula o exercício do poder de polícia administrativa praticamente esgotava todo o Código de Posturas do Município – a Lei Complementar nº 12/75, e ainda referia as normas referentes a infrações, recursos, defesas, pagamentos e outros, tudo isso em apenas 90 artigos. Uma única Lei esgotava o assunto, toda a parte administrativa, em apenas 90 artigos.

As posturas referentes aos alimentos, limpeza urbana, todas as questões ambientais, as edificações, elevadores, prevenção de incêndios, questões envolvendo animais, e até o trânsito – transporte de cargas e o transporte público de passageiros –, estavam esgotadas nessa norma, sobre a qual foi edificada boa parte da fiscalização, tal qual conhecemos hoje, com os agentes tendo como universo de trabalho esse reduzido texto, estando proporcional a ele um servidor cujo requisito de escolaridade, naquela época, era o nível médio. Cabe salientar que as piores infrações daquele momento se davam muito

---

mais por desconhecimento e por exercer atividades de maneira informal do que as megainfrações sistemáticas atualmente praticadas por grandes corporações protegidas por aparelhados escritórios de advocacia, sem mencionar os crimes contra a saúde pública, o meio ambiente, o consumidor e outros, pois nosso tempo é curto para mencionar todos.

De lá para cá, foram aprovados nesta Casa e estão em vigor milhares de artigos de diversos códigos e legislações que bem melhor regulamentam essas relações. Os códigos de obras ambientais, de limpeza urbana, de saúde, o Plano Diretor, a prevenção de incêndios, a acessibilidade, os direitos animais, o direito do consumidor, entre outros, renovaram as ferramentas de orientação e controle da população em relação a esses novos comportamentos.

No entanto, temos o problema cultural, pois esses novos comportamentos exigidos por lei não são de cumprimento automático pelas pessoas e instituições. Até porque, se fossem obedecidos facilmente, não haveria a necessidade de a lei obrigar ou proibir e da fiscalização exigir coercitivamente o seu cumprimento. Essas modernas legislações, que poderiam ter um efeito regulador com estabilidade nas relações, apresentaram significativa diminuição no seu potencial, pois foram implantadas desacompanhadas de medidas efetivas de educação e de esclarecimentos amplos. A ausência dessas ações de educação junto à sociedade é, na opinião desses profissionais de fiscalização, um incômodo redutor do exercício da cidadania, pois não são conhecidos nem os direitos, nem os deveres, alimentando litígios que poderiam ser evitados.

Não é difícil, então, perceber a necessidade de uma fiscalização preparada e qualificada para fazer frente aos desafios de uma grande cidade, pautada pela velocidade das relações que a modernidade determina. É nesse contexto, então, que percebemos a necessidade de reaparelhar a nossa fiscalização. A complexidade nas novas relações estabelecidas por uma cultura globalizada impõe que os profissionais encarregados de fazer cumprir as novas posturas municipais tenham um preparo à altura da responsabilidade da sua missão, especialmente pelo fato de que, ao mesmo tempo em que muitas infrações não são dolosas e outras têm o dolo reduzido, vinculadas ao sentimento de impunidade, outras, sim, têm o dolo direto, foram planejadas e executadas, visando auferir lucro ou vantagem irregulares em cima do direito alheio.

---

Sabemos o custo e o trabalho que V. Exas. têm na difícil missão de produzir diplomas legais com qualidade, com objetividade e, principalmente, com justiça social, tarefa essa que tem sido realizada com muita qualidade por esta Casa. No entanto, esse esforço sofrerá um sério prejuízo se não for corretamente fiscalizado.

Por todo o exposto acima, é imperativo, Srs. Vereadores, que essa atividade de fiscalização seja executada por servidores de nível superior. Na verdade, meu caro Presidente, pretendemos regularizar essa que já é a realidade dos agentes de fiscalização em Porto Alegre. Mais de 80% desses profissionais já aliam o conhecimento permitido por suas graduações, pós-graduações e mestrados à experiência adquirida no exercício da função de polícia administrativa, mantendo o controle da Cidade, mesmo em situações bastante adversas. No entanto, é preciso mais. Para construir a Porto Alegre que queremos para nós, para nossos familiares e amigos, ainda que ela continue sendo a capital democrática e acolhedora que o mundo conhece e admira, entendemos que os limites operacionais impostos pelo nível médio engessam e impedem o desenvolvimento regular de uma categoria que tem por finalidade maior a composição dos conflitos da Cidade. A nossa experiência indica, de maneira indubitável, que a grande maioria das infrações poderia ser neutralizada já na origem, evitando prosseguimento de uma disputa que, invariavelmente, abarrotaria as estantes de um Poder Judiciário sobrecarregado com litígios pequenos, trazendo a paz e o entendimento.

Diversos são os profissionais de fiscalização; do Direito, da Arquitetura, da Engenharia, da Biologia, da Administração, das várias áreas da Saúde, entre muitas outras, que já emprestam seus conhecimentos acadêmicos à atividade de fiscalização, mesmo de maneira informal, com resultados promissores na orientação individual e coletiva sobre os direitos e deveres relacionados às posturas municipais, minimizando assim conflitos que acabariam em processos judiciais e, não raramente, até em violência. Tudo isso será realizado sem abrir mão do poder-dever de polícia, mantendo a defesa intransigente da sociedade porto-alegrense, mantendo as ações de autuação, apreensão e interdição parcial ou total quando necessário. Entendemos que as ações de força ficam mais legitimadas quando precedidas de advertência e diálogo, e somente no esgotamento deste agiríamos coercitivamente. A conciliação é o caminho que mais se mostrou promissor como solução nas mais disputadas lides do Poder Judiciário e é o modelo que queremos ver implantado em nossa Cidade.

Estamos preparados, Srs. Vereadores, para exercer nossa atividade em modelo administrativo moderno e criativo, sempre buscando a conciliação e o entendimento. Na verdade, boa parte dos grandes problemas da Cidade tem origem em questões menores que foram mal encaminhadas, origem essa que é passível de identificação e atenção lá na sua raiz, eliminando grande custo material, administrativo e social. Desnecessário seria dizer que esse projeto ficaria absolutamente vinculado às diretrizes e orientações do Poder Executivo, pelos Secretários Municipais, Diretores-Gerais e, principalmente, pelo Prefeito Municipal, nosso chefe direto, a quem consideramos, junto com os Vereadores e Vereadoras desta Cidade, os fiscais mais importantes da cidade de Porto Alegre.

Isso posto, Srs. Vereadores, meus colegas, despedimo-nos, agradecendo a valiosa oportunidade de expressarmos a nossa vontade de ampliar, consideravelmente, a nossa contribuição com a nossa leal e valorosa cidade de Porto Alegre, e solicitamos o seu apoio. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Muito obrigado, Dr. Roberto, que falou pela Associação dos Agentes de Fiscalização de Porto Alegre.

Eu tenho tido a oportunidade de conversar bastante com a Associação, que tem apresentado as suas justas reivindicações de melhor estrutura de trabalho. Mas foi num bom debate que aconteceu nesta Casa, Ver. Ferronato, quando fizemos aqui uma revisão, um projeto inicial do Código de Posturas, que os fiscais trouxeram uma grande contribuição, não só ao debate especificamente, mas sobretudo para um projeto de futuro, para a construção de uma melhor fiscalização. A Cidade necessita não só reger e fiscalizar melhor as suas leis, mas precisa de uma fiscalização atuante, que não permita o que a gente tem, muitas vezes, percebido, uma fiscalização frágil, necessitando do apoio do Poder Público.

Então, fica o nosso reconhecimento, porque os fiscais têm sido grandes parceiros na construção de um novo código de convivência democrática e, sobretudo, numa visão de uma Cidade melhor para se viver, com uma grande fiscalização, como é necessário.

O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

---

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Meu caro Presidente, senhoras e senhores, Presidente da nossa Associação, trago um abraço a todos que aqui estão nos visitando na tarde de hoje. Gostaria de dizer que me sinto no dever de dizer algumas poucas palavras, até porque, em 1989, eu já estava aqui na Câmara, há quase 24 anos. Só que, em 1975, eu já atuava na área, enquanto Contador e Fiscal da Receita Federal e, recentemente, me aposentei como Fiscal do Estado. Então, estamos tratando de um tema que conheço profundamente bem.

Também gostaria de falar da importância da presença de vocês trazendo a postulação, até porque sou favorável a ela. Eu acredito que nós, os fiscais, e nós, os agentes públicos que buscamos a correta interpretação das Leis no Município, no Estado ou na União, prestamos serviços relevantes à sociedade, no caso de vocês, à sociedade porto-alegrense. Por isso, estou aqui trazendo um abraço e dizendo que a iniciativa de um projeto dessa ordem é exclusiva do Executivo, mas estamos juntos nessa batalha, nesse pleito, até porque o reconhecimento como bastante bom. Quero te cumprimentar pela síntese que tu fizeste aqui, na tarde de hoje. Um abraço e obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sr. Juarez José da Silva e demais componentes da Associação dos Agentes de Fiscalização do Município de Porto Alegre; ouvindo V. Exa., aprimorei um pouco mais aquilo que eu venho há muito tempo questionando. Há um distanciamento muito grande – ao menos assim eu enxergo – de nós, Parlamentares, do trabalho dos senhores. Eu acho que nós faríamos um trabalho melhor de fiscalização se nós tivéssemos uma aproximação maior. Eu quero agradecer à minha Bancada, a Bancada do PSD, por a estar representando, e quero citar um exemplo, bem rapidinho: chega a esta Casa o PLE nº 038/12, que trata de incentivo à adequação e conclusão de prédios inacabados no Centro Histórico. Eu pediria encarecidamente a que todos os servidores do Município, não só aos senhores, assim como a meus colegas Vereadores, pudessem fazer uma análise desse Projeto. Eu não tenho dúvida da respeitabilidade, da credibilidade do Prefeito, mas me parece que alguns

---

Projetos, algumas ações o Prefeito recebe e, como não tem condições, evidentemente, de fazer uma análise mais técnica, nós deveríamos fazer. E, em cima desse Projeto, eu levanto questionamentos e, por isso, fiz um apelo ao Líder do Governo para que pudéssemos votar não com tanta pressa; eu pediria a colaboração dos senhores e os cumprimento pelo trabalho que vêm fazendo. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Obrigado, Ver. Bernardino Vendruscolo.

O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO:** Sr. Presidente, prezados representantes da Associação dos Agentes de Fiscalização Municipal de Porto Alegre, vim aqui, em nome da minha Bancada, a do Partido dos Trabalhadores, em meu nome e do Ver. Carlos Todeschini, Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, Ver. Adeli Sell e Ver. Mauro Pinheiro, dizer-lhes o seguinte: primeiro, cumprimentar pelo documento que vocês produziram e pela fala do Presidente, porque afirmar e propor a construção de uma cidade melhor, que envolve o trabalho que os senhores e as senhoras exercem, pelo diálogo, pela postura democrática de analisar o que é melhor para a Cidade, despido, num primeiro momento, das posturas corporativas, é enriquecedor.

Então, quero dizer, em nome da nossa Bancada, que sabemos das dificuldades dos agentes de fiscalização. Os agentes de fiscalização normalmente aparecem nas notícias nos casos negativos e nunca pelas posturas positivas. E nós precisamos nos debruçar sobre isso, porque a Cidade é feita da sua diversidade e da sua complexidade, principalmente daqueles que tratam com os conflitos. Quero colocar a nossa Bancada à disposição para poder construir essa solução que os senhores trazem, que é uma solução para o engrandecimento da Cidade, obviamente, e da categoria dos agentes de fiscalização. Um grande abraço, Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Obrigado, Ver. Engenheiro Comassetto.

---

O Ver. Sebastião Melo, futuro Vice-Prefeito, está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. SEBASTIÃO MELO:** Meu caro Presidente, Mauro; quero saudar a todos, em nome da minha Bancada, do Cecchim, do Valter, do Haroldo e do Garcia, e dizer que nós temos muito respeito por essa categoria. Efetivamente, eu ouvi a sua saudação relativamente ao Código de Posturas. É verdade, esse Código de Posturas precisa, Presidente, ser retomado, no ano que vem, para o bem da Cidade, e acho que os fiscais vão poder continuar contribuindo com essa questão.

Tenho conversado com vocês em vários momentos, serei um parceiro. Acho que há alguns desafios, meus Vereadores, que precisam ser vencidos. Primeiro, sou defensor da unificação da fiscalização. Se Porto Alegre chegasse a ter uma central de fiscalização em que todos os fiscais estivessem juntos, a Cidade ganharia muito, a meu juízo. E que os seus salários fossem iguais, porque hoje, em cada Secretaria, cada um ganha de uma forma e de um jeito. Essa é uma outra questão. E o sujeito poder fiscalizar... Por exemplo, sai um carro para fiscalizar a Saúde, sai outro para fiscalizar o DMLU, a SMIC, quer dizer, são três, quatro fiscais no mesmo estabelecimento. Acho que isso está errado, Cecchim. Há uma outra coisa que acho que esta Casa e o Executivo têm que enfrentar: são as taxas muito baixas de algumas multas. Isso não deve continuar. O cidadão quer ser multado desse jeito, porque a taxa é muito baixa. Para isso também tem que ser encontrada uma solução, fruto das negociações.

Eu queria saudar todas as direções, Juarez, e dizer que vocês têm na nossa Bancada, e em mim, que estou indo para o Executivo, um parceiro para encontrar, na mesa de diálogo, aquilo que é a favor da Cidade. E tenho certeza de que a ressonância da Câmara não faltará, e a próxima presidência, com certeza, por recomendação do Mauro, vai dar continuidade ao Código de Posturas, e nós, do Executivo, vamos nos somar a esse Grupo de Trabalho para que possamos, em 2013, ter um código de convivência democrática nos melhores espaços públicos, e que aí esteja inserido também o papel dos fiscais. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Muito obrigado. Eu queria relembrar que esta Casa criou uma Comissão Especial; o Ver. Sebastião Melo presidiu essa Comissão, a Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste foi Relatora, e a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna também compôs essa comissão. Fizeram um belo trabalho, foi o início da construção de um código, e teve a grande participação dos agentes.

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Presidente, eu queria cumprimentar a Associação em meu nome, em nome do Ver. Pedro Ruas, e, em primeiro lugar, reconhecer o trabalho proativo da Associação durante a discussão do código de convivência da cidade de Porto Alegre em todos os debates, trazendo proposições a esta Câmara, um código de convivência que evidentemente precisa ser revisto pela Cidade, não só porque é oriundo da ditadura militar, mas também porque muitas coisas já estão caducas, fora dos debates da nossa Cidade. Muita coisa se atualizou, e, como bem foi apontado pelo documento de vocês, existe uma série de leis que foram sendo mudadas ao longo dos anos, o que não é coetâneo com o que está no Código de Posturas de 1975. Então, primeiro, quero registrar essa atividade proativa dos Agentes de Fiscalização a partir da sua Associação – o Sr. Juarez, o Sr. Roberto – e quero dizer da importância do trabalho de vocês para a cidade de Porto Alegre. Nós sabemos das enormes dificuldades... eu brinco sempre dizendo que, em geral, os Agentes de Fiscalização, assim como uma série de outros profissionais, fazem muito com pouco. Com poucos recursos, com poucas pessoas, às vezes tem uma sobrecarga de trabalho nas Secretarias para garantir uma fiscalização permanente que prima pelo diálogo ao invés da postura coercitiva. Então, eu queria cumprimentá-los, reiterando que o Quadro da Prefeitura é muito qualificado, 80% dos trabalhadores, como foi apontado pelo documento, por conta própria já tem o Ensino Superior, tentam se especializar. Eu acho que esse debate tem que ser feito de maneira muito democrática, atendendo às reivindicações da categoria, pensando no fortalecimento dos Agentes de Fiscalização, da fiscalização na nossa Cidade, junto com o debate democrático com a Associação.

Coloco a Bancada do PSOL à disposição para fazer esse debate para que a gente possa, no ano de 2013, avançar do ponto de vista dos direitos da categoria, tendo uma

fiscalização cada vez melhor para a cidade de Porto Alegre. Parabéns pela luta, contem com o PSOL! (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Não havendo mais Vereadores para se manifestar, eu agradeço mais uma vez a presença da Associação – do Sr. Presidente Juarez, do Roberto, do Oritz, do André e do Gilmar, que compuseram a Mesa e que participaram da nossa Tribuna Popular; também quero agradecer a presença de todos os Agentes Fiscais que estiveram aqui nas nossas galerias. Podem ter certeza de que suas demandas estarão sendo muito bem acolhidas por esta Casa porque nós temos um grande reconhecimento a esta categoria. Um grande abraço! (Palmas.) Suspendo os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h45min.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** (14h48min) Estão reabertos os trabalhos. Apregoo o PLL nº 197/12, de autoria da Mesa Diretora.

(De ofício, o Presidente inverteu a ordem dos trabalhos, passando à Pauta.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Passamos à

## **PAUTA**

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Vereador-Presidente Mauro Zacher, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; em Pauta, há dois Projetos de minha autoria que alteram Leis existentes. É bem verdade que são duas leis existentes e ainda não cumpridas. É importante o tema da fiscalização que os Fiscais trazem aqui para esta Casa, é um bom debate que esta Casa deve fazer, porque um dos temas com que nós nos angustiamos é que, às vezes, a sociedade luta muito, consolida um direito em lei, e esse direito não se realiza na vida em

---

função, muitas vezes, dessa lacuna entre o trabalho do Parlamento e a responsabilidade do Executivo Municipal. No meio desse caminho estão os Fiscais que, na verdade, são os Fiscais da legislação. E a legislação para nós são direitos conquistados pela população. Toda legislação enseja direitos que, se não respeitados, se não cumpridos, ferem a cidadania. Nesse contexto, eu considero fundamental a ação dos Fiscais não apenas punindo, responsabilizando e advertindo – o representante de vocês já falava sobre isso – , mas se antecipando.

Duas leis minhas que estão em discussão hoje ampliam duas leis de direitos, e são duas leis não cumpridas. No caso dos *playgrounds* de praças e parques, nós temos previsto na legislação que eles tenham, pelo menos, um brinquedo adaptado para crianças com deficiência. Não vou lembrar a autoria, talvez seja sua, Ver. Garcia, é uma lei mais antiga. Eu acho que nós devíamos, por exemplo, acionar a fiscalização para ver se existe, de fato... nós sabemos que não tem praticamente nenhuma, eu não conheço uma praça de Porto Alegre que tenha um brinquedo adaptado. Nós estamos ampliando, por proposição de lei, para que todas as escolas públicas e privadas da cidade de Porto Alegre tenham um brinquedo adaptado para crianças e adolescentes com deficiência. Ora, essa é uma dimensão que nós gostaríamos que os fiscais também incorporassem. Eu acredito que o reconhecimento, a valorização, o estímulo para a formação de nível superior possa trazer outro grau de parceria da fiscalização com a cidadania, que conquista direito através de leis.

Outra lei dessas é a que prevê uma obra de arte nos empreendimentos privados da cidade de Porto Alegre, uma lei do Ver. Raul Carrion que demorou muito para ser regulamentada. Nós ainda não temos um *feedback* para saber se ela começou a ser cumprida ou não.

(Aparte antirregimental do Ver. Professor Garcia.)

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Esta ainda não, não é Professor Garcia? Eu estou aqui alterando, propondo que os prédios públicos a partir de 500 metros quadrados também prevejam uma obra de arte. Ora! Este trabalho de pesquisa, de quantificação, de retorno aos órgãos de fiscalização – e o Presidente aqui dizia que os Vereadores são fiscais, assim como o Prefeito, mas acho que, por excelência, os Vereadores são fiscais desta

---

Cidade –, só quem pode nos dar o *feedback* de que leis estão sendo cumpridas, se obras de arte estão sendo colocadas nos prédios conforme a legislação, fazer um balanço do cumprimento das leis, nos dar percentuais são vocês, que estão na ponta. Então, me parece que há dimensões muito importantes despotencializadas da função de fiscalização. Talvez a sociedade e cidadania ganhem muito com essa formação em nível superior, com esse estímulo que, na minha opinião, tem que ser acompanhado por essas dimensões de intervenção como as que coloquei aqui.

Segue o nosso Parlamento com essa função de escrever e consagrar direitos, mas nós queremos, em parceria, fazer com que os direitos sejam cumpridos a partir da legislação aqui votada. Parabéns pela luta de vocês!

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Sebastião Melo está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. SEBASTIÃO MELO:** Meu caro Presidente, Mauro Zacher; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, especialmente o nosso querido Ver. Reginaldo da Luz Pujol, que se encontra aqui no plenário; eu venho a esta tribuna e não quero ocupar os cinco minutos para dar curso, Presidente, ao nosso acordo de entrarmos em votações porque temos muitos Projetos a serem enfrentados nesta tarde. O Governo complementa aqui uma série de Projetos que pretende que seja enfrentada nesta Casa. Um deles, Ver. Freitas, diz respeito a uma alíquota destinada à questão da Saúde em Porto Alegre: o ISS, que era 5%, baixou-se para 2%, e foi parar na Justiça. Hoje, nós estamos retomando esse processo, depois de muitas negociações, Ver. Dr. Goulart. Isso tem a ver com a sua categoria, especialmente com a Unimed; V. Exa. sabe que essa matéria está sendo depositada na Justiça através de uma ação de conciliação e pagamento. Então, essa matéria enfrentará, resolverá e permitirá que a Prefeitura saque esse recurso, havendo a aprovação desse Projeto, e a Unimed também concorda nos termos das negociações.

Segundo: nesse mesmo Projeto, Ver. Dr. Goulart, nós também enfrentamos uma outra questão muito importante. Esta Casa aprovou a possibilidade de você levar a cartório os maus pagadores da Cidade – acima de 5 mil Ufir. O Governo fez uma leva dessa execução em cartório e foi de tamanho sucesso que 70% deles pagaram. O Governo está

---

pedindo uma autorização a esta Casa para executar também quem deva menos de R\$ 15 mil. Esse é um avanço importante, diminui esse ativo enorme judicial, é uma nova mudança.

Portanto, Presidente, eu não ocupo os cinco minutos para dizer que a Pauta é rica, importante, e queremos cumpri-la para entrar na votação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Carlos Todeschini assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO:** Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; colegas Vereadores, Vereadoras, senhoras e senhores, dos diversos projetos que estão tramitando em Pauta hoje, eu quero, primeiro, fazer uma consideração a esse Projeto do Executivo. É um Projeto que trata de mudar a alíquota do ISSQN sobre um determinado setor e sobre uma determinada empresa, que é em relação à Unimed. Agora, por que fazer um Projeto de Lei direcionado para uma entidade? Eu gostaria muito que nós pudéssemos aqui, Ver. Bernardino, discutir um projeto dos tributos de Porto Alegre como um todo e que esse projeto de lei fosse uma estratégia para manter os investidores do nosso território e atrair novos investidores que atuam aqui no Município de Porto Alegre! Na realidade, o que vem acontecendo neste momento? Há uma guerra fiscal entre os Municípios e uma guerra fiscal na Região Metropolitana! Quando se trata da questão do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza –, a grande maioria dos Municípios do entorno de Porto Alegre reduziram os seus impostos para a casa de 2%. Porto Alegre, em alguns tipos de serviços, como é o de Arquitetura e Engenharia, por exemplo, cobra até 5%. Bem, se é um arquiteto ou um engenheiro que se forma que quer trabalhar, pensar a Cidade, entre instalar um escritório em Porto Alegre ou instalar um escritório ali em Canoas ou Sapucaia, ele instala ali no outro Município, que passa a ter uma vivência econômica, passando a atrair para lá os seus clientes. Isso utiliza transporte, utiliza restaurante e toda uma cadeia de desenvolvimento naquela cidade.

---

Então, esse Projeto que o Executivo apresenta hoje, que propõe uma readequação da alíquota direcionado a um setor, que é o setor da Saúde, e que, por sua vez, está direcionado à Unimed, é um tema a ser analisado para além dessa política direcionada à Unimed, ou seja: qual é a política tributária do Município de Porto Alegre que vai contribuir para os cofres públicos e, ao mesmo tempo, uma política fomentadora do nosso desenvolvimento econômico, principalmente para as pequenas e médias empresas de diversas áreas?

Há poucos dias, fizemos aqui um debate sobre as Repots, das áreas prioritárias para o desenvolvimento tecnológico, e já apontávamos ali, com a concordância de vários Vereadores que lá debatiam – Sofia, Ver. João Antonio Dib, Ver. Valter – a carência que existe no Projeto de um programa de incentivo tributário que tratasse disso numa lógica equitativa.

Portanto, este Projeto que o Ver. Sebastião Melo traz pode ter os seus méritos, mas, no nosso ponto de vista, ele é insuficiente para tratarmos do tema tributário no Município de Porto Alegre, para ser incentivador da nossa economia para que ela se diversifique e enriqueça gerando e distribuindo renda, pois esse tem que ser o papel do Município. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, devido a importância dos projetos que temos para votar durante esta tarde, Ver. João Antonio Dib, deixo a minha fala para uma próxima oportunidade, no sentido de ganharmos os cinco minutos restantes para tratarmos dos assuntos importantes da Câmara. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir a Pauta.

---

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente da Sessão, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, vou me pronunciar muito rapidamente também. Primeiro, para me somar à postulação dos fiscais do Município, dizer que é uma categoria importante.

Quero dizer que tenho discordâncias pontuais em relação à desatualização do Código de Posturas. Acho que há algumas coisas lá que são muito importantes e até sagradas, como o direito ao sossego, ao silêncio, que é muito pouco respeitado, e as pessoas que trabalham no dia seguinte têm que ter esse direito resguardado; obviamente que não querendo atrapalhar a festa de ninguém nem nada disso, mas nós temos que conciliar, faz parte da civilidade de uma cidade.

Quero dizer, com relação ao Projeto de Lei do Ver. Airto Ferronato, que entra na discussão que cria as motovias em Porto Alegre, que é um projeto meritório. Eu próprio gostaria de ter apresentado esse Projeto à Casa. Hoje, o SUS gasta em torno de R\$ 400 milhões por ano com acidentes com motocicletas. Há quase 200 mil motocicletas emplacadas em Porto Alegre, e a maior parte dos usuários de motocicletas são pessoas que trabalham no transporte, como motobóis. Então, é importante que nós, em determinadas vias da cidade, tenhamos motofaixas para respeitar o motociclista, na tentativa de diminuir um pouco o índice de acidentalidade nessa área.

E também, com relação a esse Projeto de acessibilidade nas praças, outro dia ainda encaminhei ao Secretário Záchia o modelo que está aí pela Internet, pelo Facebook, que é uma coisa muito simples de fazer: é um balanço, que é uma espécie de chapa de aço, que comporta uma cadeira de rodas. Então, podemos colocar ali crianças que tenham deficiência física e necessitem de cadeira de rodas, num balanço de uma praça, para poderem usufruir como qualquer outra criança. Então, há outros tantos equipamentos para pessoas com deficiência, e nós precisamos, sim, imediatamente pensar nessas pessoas e incluí-las.

**O Sr. Engenheiro Comassetto:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Com relação ao Projeto das motovias, nós fizemos esse debate na revisão do Plano Diretor e o conceito já está aprovado para a Cidade. Eu só queria registrar. Isso poderá vir acoplado a um conceito que já é lei no Município de Porto Alegre.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** É muito importante.

---

Por último, eu só queria deixar, sobre a fala do Ver. Sebastião Melo, nosso futuro Vice-Prefeito, a seguinte constatação, de quem já foi Secretário da Indústria e Comércio: a aplicação das multas perde a sua eficácia na medida em que o Município não dispõe, Ver. João Dib, de uma ferramenta coercitiva para que aquela pessoa que recebeu a multa realmente a pague. Então, não há o que fazer. Aplica-se uma multa de R\$ 500 ou R\$ 600; essa multa vai para lá, mas o Município acaba não cobrando em dívida ativa, porque tem tantas outras cobranças maiores para fazer que não vai cobrar uma multa de R\$ 500 ou R\$ 600. Então, nós temos que incluir ou pensar numa forma, aqui na Câmara de Vereadores, por exemplo, para que, quando seja do pagamento do IPTU ou quando seja do pagamento da retirada de um alvará, fique pesando uma restrição naquele CPF ou naquele CIC para que, quando a pessoa for retirar, não possa retirar seu documento antes de fazer a quitação desses seus débitos para com a municipalidade. São essas as ponderações que eu gostaria de fazer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, primeiramente, quero dizer ao Ver. Valter Nagelstein que tanto o Código de Posturas está desatualizado, que os cobradores e motoristas que não usarem gravata estão sujeitos a multa. Está no Código de Posturas de 1975, extremamente desatualizado. Sugiro uma leitura mais atenta ao Código de Posturas para ver a desatualização em vários aspectos que não têm mais a ver com a vida na Cidade de Porto Alegre. É evidente que outros temas ficam. O direito ao sossego certamente é um tema importante, desde que não aniquile todos os espaços culturais da Cidade de Porto Alegre. Quero também dizer que uma das alternativas fundamentais para a Cidade de Porto Alegre, tanto para melhorar a arrecadação e poder retornar às áreas sociais quanto para fazer justiça com relação à arrecadação de tributos, seria onerar aqueles que têm mais recursos. Sabemos que, em vários países do mundo, existe imposto progressivo conforme o número de propriedades que determinada pessoa detém. Por isso, eu e o Ver. Pedro Ruas temos um projeto de lei que aumenta o IPTU para quem tem mais de quatro imóveis, para valorizar através da

---

especulação imobiliária, uma forma de aumentar a arrecadação e, sobretudo, fazer com que quem é mais rico pague mais imposto, porque, no Brasil, a lógica é proporcionalmente a população assalariada pagar mais impostos do que aqueles mais ricos. Nunca foi regulamentado o imposto sobre as grandes fortunas, por exemplo, na Cidade de Porto Alegre, no Estado e no Brasil, o que foi uma prerrogativa da Constituição Federal e que nunca foi regulamentada porque nenhum dos governos, nem os do PSDB, nem os do PT quiseram fazer com que as elites econômicas paguem mais dinheiro para poder desonerar a população assalariada, que paga quase 70% a mais de imposto proporcionalmente à sua renda.

Na verdade, eu gostaria de vir à tribuna para falar sobre a campanha do PSOL com relação à necessidade de anular as reformas votadas com o mensalão. Em 2013, completam-se 10 anos da histórica luta contra a Reforma da Previdência. Para nós, do PSOL, esse momento tem uma importância ímpar, não só porque a Reforma da Previdência atacou o direito dos servidores, instituindo a cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados e implementando para os servidores públicos o mesmo teto que FHC havia imposto aos aposentados pelo INSS, que hoje é de R\$ 3.920,00. Aquele momento político também tem uma importância especial porque o PSOL nasceu dessa luta. Foi por votar contra a Reforma da Previdência que Luciana Genro, Heloísa Helena, Babá e João Fontes foram expulsos do PT. Foi no calor da greve e das passeatas dos servidores, em Brasília, que plantamos a semente da qual brotou o PSOL. O Partido, portanto, nasceu dessa recusa em trair os interesses dos trabalhadores. Alguns fatos já são bastante evidentes: o mensalão existiu, houve compra de votos de Parlamentares, essa compra de votos ocorreu durante votações importantes, sendo a mais controversa delas a Reforma da Previdência, em 2003. Esses fatos indignaram o País. A constatação de que a aprovação de mudanças legislativas foi contaminada pela compra de votos não é um fato de menor importância. Diante disso, a Bancada do PSOL no Congresso Nacional já anunciou a importante iniciativa de ingressar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal pedindo a anulação da Reforma da Previdência.

Mas não basta uma ação jurídica. É preciso muita pressão social para que o Supremo Tribunal Federal anule essas votações. Por isso, o PSOL está, mais uma vez,

---

convocando o povo a sair às ruas e a afirmar que não aceita a corrupção e a compra de votos como mais um método para atacar os nossos direitos.

Trago esta mensagem para divulgar, entre a Câmara de Vereadores e o povo da nossa Cidade, que nós estaremos em todas as esferas chamando a mobilização social, porque essa Reforma da Previdência, que botou alíquota para os aposentados, que aumentou a idade mínima para aposentadoria, que instituiu o teto do serviço público, dando mais um filão para os bancos ganharem dinheiro através da Previdência complementar, essa Reforma teve vício de origem, porque foi feita a partir do mensalão, de votos comprados de Parlamentares de vários Partidos e, portanto, essa Reforma não tem legitimidade. Não pode seguir vigorando uma reforma que foi feita com dinheiro da corrupção e ataca os trabalhadores. Por isso estamos convocando a população a se mobilizar pela anulação da Reforma da Previdência.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Ver. Carlos Todeschini, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu pedi licença ao Líder da nossa Bancada, o Ver. Engenheiro Comassetto, para que eu pudesse falar sobre um tema da nossa Casa, porque eu estou estupefata com o retorno que tive agora, no início da tarde, de uma solicitação à Presidência da Câmara para a utilização do quiosque da nossa Ouvidoria no Mercado. A nossa Ouvidoria está inclusive sem os estagiários, uma Ouvidoria que foi completamente abandonada durante o ano de 2012, botando abaixo o esforço que fizemos para criar na sociedade uma cultura, um ponto de referência no Mercado Público, que se iniciou com o Presidente Melo, e, no ano passado, nós, insistentemente, semanalmente, convocamos os Vereadores a ocuparem o espaço do quiosque do Mercado do meio-dia à uma da tarde. Muitas vezes preenchemos a semana com Vereadores: o Ver. Brasinha esteve comigo lá, sei que o Ver. Paulinho esteve lá, vários Vereadores estiveram lá, a Ver.<sup>a</sup> Fernanda, muitas vezes, durante a semana, esteve lá, os Vereadores da Mesa Diretora! Nós queremos que a população reconheça a Câmara como uma interlocutora e que tenha acessibilidade, que a Câmara procure pelo cidadão. Nós sabemos que a Ouvidoria simplesmente morreu este ano, pelo

---

menos o espaço privilegiado do Mercado Público. Agora, esta Vereadora solicitou para, sábado pela manhã, estar lá atendendo à população e prestando contas do mandato parlamentar que se encerra este ano. A Mesa Diretora hoje empatou e, por decisão de minerva do Presidente, decidiu que não – que não! –, que a Ouvidoria da Câmara de Vereadores não é para Vereadores falarem com a cidade de Porto Alegre! Pasmem! Qual é a visão de democracia que está presidindo esta Casa? Essa é a minha pergunta. O Ver. Reginaldo Pujol, que foi Ouvidor, quantas vezes ele deslocou a Ouvidoria este ano? Aliás, no ano passado, ele deslocou muitas vezes para a periferia da Cidade. O Ver. Reginaldo Pujol foi-se no ano passado, saiu, se afastou em abril. Pergunto: aconteceu algum movimento de Ouvidoria na periferia da cidade de Porto Alegre? É uma tristeza ver que a Câmara de Vereadores renuncia, Presidente; renuncia, Ver. Dib, nosso ex-Prefeito, ao que tem de mais precioso do Legislativo e da democracia, que é estar ouvindo o povo, encaminhando as suas demandas, organizando formas de atendê-las, prestando atenção ao que a Cidade deseja e necessita, para saber onde dói o dia a dia da Cidade, para o Parlamento responder. Agora, eu não concordo, recuso-me a admitir que será mantida essa orientação de que o Vereador não pode ir à Ouvidoria do Mercado prestar contas e ouvir a população. Eu me recuso a admitir, porque é uma renúncia ao que compõe este Parlamento, que é democracia.

O Congresso Nacional, na semana que passou, por iniciativa da Deputada Luiza Erundina, deu posse aos Deputados cassados na ditadura militar; posse simbólica de muitos já falecidos; posse que recupera a soberania e o lugar do Parlamento, que protesta e mantém vivos na memória, momentos de autoritarismo, momentos em que Parlamento foi fechado, momentos em que os direitos foram suprimidos. E esta Casa também teve Vereadores cassados, esta Casa também viveu esses momentos de Prefeito cassado – o Sereno Chaise; no entanto, esta Casa não aprende com o movimento que o Brasil está fazendo de descobrir a verdade, de recompor a verdade, de punir os responsáveis, de recompor e fortalecer a democracia. Eu coloco nesses marcos a incapacidade de enxergar que um pequeno instrumento – pequeno! –, o da Ouvidoria, não é revitalizado, não é reconhecido assim, muito menos que os Vereadores sejam representantes legítimos, eleitos, e que tenham o direito de estar falando pela estrutura da Casa, com o povo e com... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 101ª, 102ª, 103ª, 104ª, 105ª, 106ª, 107ª, 108ª, 109ª, 110ª, 111ª e 112ª Sessões Ordinárias, e da 45ª, 46ª, 47ª, 48ª Sessões Solenes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**APROVADAS.**

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, vou insistir com um assunto que já comentei hoje: o Projeto de Lei do Executivo nº 038/12, no qual consta (Lê.): "...estabelece incentivo para a adequação e conclusão de prédios inacabados no Centro Histórico". Na verdade, Vereadores – em especial o Líder do Governo, Ver. João Antonio Dib –, os senhores sabem que eu tenho vindo a esta tribuna nos últimos tempos, para mostrar que nós precisamos enfrentar as questões, tentar resolver essas questões do risco oferecido pelos prédios inacabados no Centro de Porto Alegre. São riscos de Saúde pública, de acidentes, enfim.

Agora, nós já aprendemos um pouco que há algumas leis que vêm com o condão de resolver realmente o problema; outras, com o de postergar. Esta aqui, Ver. João Dib, é de postergar! Eu digo mais ainda: eu lhe pediria, e peço a todos a compreensão, para que pudéssemos ter mais tempo; mais tempo! Eu tenho medo, eu estou inseguro sobre essa Lei que traz no seu bojo incentivo para os imóveis não concluídos ou inacabados; não traz penalidades. A penalidade seria perder a possibilidade de construir de acordo com o Plano Diretor da época? É muito pouco! Aqui, lá pelas tantas, diz o seguinte (Lê.): "Parágrafo único. O prazo estabelecido no *caput* deste artigo poderá ser prorrogado, desde que seja comprovado que estão sendo tomadas as medidas necessárias para a efetivação da retomada do empreendimento por parte do interessado". Olha, gente, não, por favor, nós temos cuidar aqui para não ofender os colegas, mas eu me considero velho demais nesta Casa para aceitar um Projeto com essa sinalização. Claro, ele é um Projeto do Executivo! Mas eu vi muita gente nervosa com esse Projeto! Quando ficam nervosos, eu me preocupo. Vereadores, vamos analisar melhor este Projeto. Precisamos dar condições ao Executivo de resolver os problemas desses prédios inacabados no Centro de Porto Alegre – em toda Porto Alegre. Claro que todos nós queremos dar condições

---

---

para que isso ocorra. Agora, não vamos deixar que, daqui a pouco, venha algum interesse pontual aqui. Então, temos um Projeto que está correndo, sem necessidade nenhuma. A CCJ deu Parecer na terça-feira passada, e foi pedido o artigo 81.

Não me leve a mal, Ver. Dib, mas eu olho, sinto um faro, mas não enxergo nada. Eu preciso de tempo! Eu preciso de tempo para ter certeza e segurança sobre este Projeto. Eu vejo o Dr. Gil Almeida aqui, representando o Executivo. Dr. Gil Almeida, talvez eu tenha sido, nos últimos tempos, o Vereador que mais tem batido e tentado resolver o problema dos prédios inacabados no Centro de Porto Alegre. Agora, quanto a este Projeto, eu pediria ao senhor, que é advogado, que dê uma olhadinha, por favor!

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Zacher reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**O SR. CARLOS TODESCHINI:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, quero aqui fazer um alerta sobre um Projeto que foi discutido antes, em Pauta, mas poucos trataram do assunto, que é sobre a questão de levar a protesto dívidas com a municipalidade abaixo de 5 mil Ufir, ou seja, significa publicar o nome dos devedores nos jornais para quem deve menos de R\$ 15 mil ao Município de Porto Alegre. Com isso eu não concordo; não concordo com o teor dessa matéria, porque contribuinte não pode ser tratado como consumidor opcional. O contribuinte não pode ser tratado como se o SPC fosse o Município. Então, quero fazer um alerta, porque está aí uma medida de constrangimento contra o contribuinte. Ele não é um consumidor opcional, ele é um cumpridor de obrigações, do que é obrigatório. Portanto, se alguém está em atraso – é possível que muitos estejam –, significa, sim, que há mecanismos de obrigações e mecanismos negociais para o cumprimento dessas obrigações. Portanto, fiquemos alertas aqui sobre essa matéria, porque isso está passando quase que batido aqui. Isso é contra o contribuinte, porque o Município é poderoso, tem estrutura, tem a Fazenda e tem uma regulação que vige até hoje sobre a matéria. Portanto, essa alteração é perigosa e é contra o contribuinte, que já paga, Ver. Alceu Brasinha, muitas obrigações. Então, o

---

pág. 21

---

senhor também, que é um contribuinte expressivo, fique alerta, porque nós não podemos aprovar essa matéria.

Em segundo lugar, volto porque recebi muitas reclamações, no fim de semana, contra a qualidade da água na Lomba do Pinheiro, em especial dos abastecidos pelo sistema que capta a água na represa da Lomba do Sabão. Falo isso porque o Prefeito me enviou aqui resposta a um Pedido de Informações, dizendo que enviava cópia do pronunciamento do DMAE sobre as questões. Fiz questionamentos sobre, por exemplo, em que condições a obra foi recebida? Diz o seguinte no Termo de Recebimento Definitivo (Lê.): "...verificando que todos os serviços pendentes relacionados no Termo de Recebimento Provisório foram executados em perfeitas condições, declaram definitivamente recebida a obra em epígrafe." Quem declara isso é o engenheiro Valdir Flores, que, na época, representava o DMAE – em perfeitas condições. Então, ele diz que a obra não tinha problemas quando foi recebida. Alguma coisa aconteceu depois, pois a obra passou a ter problemas. Está aqui o Termo de Recebimento Definitivo. (Exibe documento.) Aí vem uma outra pergunta (Lê.): "Quais são as condições de operação e manutenção do interceptor no momento?" A resposta é a seguinte (Lê.): "O Departamento tem executado a operação e manutenção do interceptor do arroio Taquara adequadamente". O Prefeito mandou entregar um documento que veio do DMAE. Vou repetir: o Departamento tem executado a operação e manutenção do interceptor do arroio Taquara adequadamente.

Agora, pergunto: por que todo o esgoto vaza para dentro da represa? Se a obra estava em perfeitas condições quando foi recebida e se a manutenção e a operação são feitas adequadamente? Não sou eu quem está dizendo, é o Prefeito; está aqui. Os senhores sabem o que tem isso de peso na Justiça e no Ministério Público. É o Prefeito quem está dizendo; não sou eu quem está dizendo. Por quê? Porque estão faltando com a verdade. E a água, senhoras e senhores, é impossível de ser consumida, tanto para matar a sede, como para o preparo dos alimentos, por que a água exala odor de esgoto.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Conforme acordo de Lideranças, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h31min.)